

SAMAVI CONSTRUTORA LTDA - EPP

Rua José Pereira Costa, nº 310, Bairro Centro, Canaã dos Carajás – PA

CNPJ: 05966294/0001-24

Contato: (94) 3426-2566

Processo Licitatório 124/2015
Tomada de Preço 004/2015

IImº. Srº. Presidente da Comissão de Licitação do Município de Canaã dos Carajás – PA.

SAMAVI CONSTRUTORA LTDA – EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ de nº 05.966.294/0001-24, com sede na Rua José Pereira Costa, nº 310, bairro Centro, Canaã dos Carajás – PA, CEP 68537000, neste ato, representada por seu sócio, Sr. Josualdo de Sousa Pereira, brasileiro, portador do CPF nº 571.544.575-20, residente e domiciliado na Rua José Pereira Costa nº 310, Centro, Canaã dos Carajás – PA, vem respeitosa e tempestivamente à presença de V. Exa. apresentar suas **CONTRARRAZÕES** ao Recurso Administrativo interposto pela empresa Construtora M & P LTDA, conforme os fatos e fundamentos a seguir expostos.

DOS FATOS

A empresa recorrente alega nas razões de seu Recurso Administrativo que a licitante, ora Recorrida, não merece ser habilitada, tendo em vista supostas irregularidades no que tange à visita técnica, à qualificação técnica e à ausência de atestado e Certidão de Acervo Técnico compatível.

RECEBI EM	31/08/2015
HORÁRIO	10:50

DA VISITA TÉCNICA

A empresa Recorrente aduz em suas razões que interpôs seu Recurso tempestivamente contra os atos praticados na ocasião da Visita Técnica e seu credenciamento, questionando os documentos apresentados pela Recorrida.

Ocorre que, o instrumento convocatório prevê em seu item 14.1 que:

"Em qualquer das fases desta licitação, cabem recursos administrativos no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata". (Grifei).

Verifica-se nos autos do processo em comento que a ata do credenciamento da visita técnica fora lavrada no dia 21 de Julho de 2015 e devidamente assinada por todos os presentes, inclusive a Recorrente, estando claramente consignado na mesma que todas as licitantes concordaram com os atos praticados.

Desse modo, constatou-se que a empresa Recorrida cumpriu com todos os termos do edital no que tange à visita técnica e o seu credenciamento na presença da douta comissão, profissional de engenharia e dos demais presentes, não havendo razão e nem prazo hábil para se discutir sobre o aludido ato.

É patente que a Recorrente tenta levantar supostas irregularidades sem obedecer ao prazo previsto em edital, estando seu direito claramente precluso para tanto, devendo seu argumento ser desconsiderado, sob pena de desobediência aos termos do instrumento convocatório.

Vejamos o que assevera o item 14.6 do edital no que tange a interposição de recursos administrativos:

*"Os recursos interpostos fora do prazo não serão aceitos, **nem examinados**".* (Grifei).

Ainda que assistisse razão à Recorrente, se houvesse prazo para tanto, é patente o entendimento de que a visita técnica tem como fim avaliar superficialmente os detalhes do objeto, bem como do certame licitatório, tomando conhecimento das condições locais e

responsabilizando-se pelo bom cumprimento do objeto, o que fora de pronto atendido pela Recorrida.

Entretanto, a Lei de Licitações e Contratos prevê todas as exigências de qualificação técnica para a fase de habilitação, não devendo esta se exaurir na ocasião da visita técnica, conforme entendimento do TCU e do ilustre autor Marcelo Palavere, *verbis*:

"Com a visita técnica pode se cometer ilegalidade, antecipando exigência da fase de habilitação, caso se estabeleça a necessidade de que seja realizada por determinado profissional, responsável técnico do licitante. Isso antecipará a apresentação pelo licitante de seu representante, o que só é exigido quando da apresentação do envelope de habilitação, em momento posterior à visita. O Tribunal rechaça esse tipo de exigência, de modo que os editais devem deixar a cargo do licitante a indicação dos profissionais que promoverão a visita, sendo certo que os licitantes enviarão técnicos habilitados, por vezes, os próprios responsáveis técnicos para que possam obter as indispensáveis informações para bem formular as propostas". (cf. *in* Licitações Públicas. Comentários e notas às súmulas e à jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, 1ª ed., Belo Horizonte, Ed. Fórum, 2009, p. 762).

Conforme o exposto, não merece nem mesmo análise as razões levantadas pela Recorrente no tocante ao credenciamento da Recorrida na Visita Técnica, visto que esta fora declarada apta, preenchendo o requisito para sua Habilitação.

DA DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A empresa Recorrente questiona o fato de a Recorrida ter como RT profissional que já atuaria em outras duas empresas, alegando que não poderia ser responsável técnico desta, agindo como se tivesse legitimidade para discutir sobre a validade de Certidão emitida pelo órgão responsável, qual seja, o CREA.

É risível que a Recorrente queira agir como fiscal do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará – CREA/PA, colocando

em cheque a competência deste Conselho no que tange as suas atribuições legais.

Outrossim, em respeito ao Princípio da vinculação ao instrumento convocatório, percebe-se que a Recorrida cumpriu com todos os ditames e exigências do edital, não merecendo atenção as tentativas da Recorrente em inovar com exigências não previstas no referido instrumento.

Ora, ilustre julgador, a empresa possui profissional qualificado para atuar como seu Responsável Técnico, devidamente inscrito em órgão de classe e certificado para tanto, de modo que se houvesse qualquer impedimento legal que obstasse o seu pleno exercício, o Conselho Regional não emitiria Certidão de Registro e Quitação do mesmo.

A Recorrente utiliza como exemplo julgados com situações extremas que não podem ser parâmetro para este caso, tanto é que não houve qualquer questionamento por parte do órgão responsável.

Outrossim, é cediço que a Lei 5.194/66 que regulamenta a atuação dos engenheiros, não limita a sua atuação conforme o número de empresas.

DO ATESTADO E CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COMPATÍVEL

Na tentativa de prejudicar a Recorrida, a empresa Recorrente sugere que as Certidões de Acervo Técnico – CAT apresentadas por esta licitante não seriam compatíveis com o objeto, ou ainda que não foram juntados os atestados de capacidade técnica, o que é visivelmente inverídico, visto que consta nos autos tais documentos, como a CAT n.º 907/COP/2010 tendo como contratante a Prefeitura de Xinguara para Reforma e Ampliação da Feira e Mercado Municipal.

Há ainda a CAT n.º 906/COP/2010 sobre a construção do Centro de Referência para atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica e familiares, também da Prefeitura Municipal de Xinguara. Dentre outras.

O instrumento convocatório prevê em seu item 11.5, letra *b*, o seguinte:

"No mínimo 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, juntamente com a Certidão de Acervo Técnico (CAT/CREA) em nome do Responsável Técnico, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público e privado, comprovando a execução de obras ou serviços de características semelhantes as da presente licitação, de conformidade com as limitações estipuladas no inciso I, do § 1º, do art. 30 da Lei nº 8.666/93".
(Grifei).

Verifica-se, assim, que consta nos autos CAT's e Atestados mais do que suficientes para comprovar a qualificação técnica, visto que os objetos são plenamente compatíveis com o ora licitado, não restando razão à Recorrente que tenta, infrutiferamente, encontrar qualquer motivo para induzir essa douta comissão em erro.

DO PEDIDO

Ante todo o exposto e relatado, não merecendo razão os argumentos levantados pela Recorrente, esta licitante requer:

- a) Seja julgado improcedente o recurso interposto pela Recorrente por não assistir razão em seus frágeis fundamentos;
- b) Seja mantida a decisão dessa ilustre comissão sobre a habilitação desta Recorrida, tendo em vista o preenchimento de todos os requisitos previsto no instrumento convocatório.

Termos em que,

Pede deferimento.

Canaã dos Carajás (PA), 26 de agosto de 2015.


Josualdo de Sousa Pereira